



HEMEROTECA  
MUNICIPAL  
DE LISBOA

***BOLETIM DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS***<sup>1</sup> – O título não oferece dúvidas, estamos perante uma publicação oficiosa, órgão de um organismo basilar do regime corporativo consagrado pela Constituição de 1933, que inaugurou o Estado Novo: o “sindicato nacional”, que veio substituir os sindicatos livres e outras organizações profissionais, neste caso de jornalistas.<sup>2</sup>

O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), instituído a 26 de fevereiro de 1934, agregou os jornalistas que, anteriormente, estavam filiados noutros organismos como a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (fund. 1880), o Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa (fund. 1924), o Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional (fund. 1930), ou que não pertenciam a nenhum grupo organizado. Essa integração forçada não foi isenta de polémica e mesmo de resistência. Mas a proposta de criação do “sindicato nacional dos jornalistas” acabou por aparecer à margem das organizações existentes, por ação de “um grupo de cem jornalistas que a si próprios se consideravam representativos da classe” (VERÍSSIMO, 2003), e mereceu a aprovação do Subsecretário das Corporações e da Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira. Refira-se ainda que António Ferro foi o primeiro presidente eleito para a direção do SNJ, acumulando o cargo com o de diretor do Secretariado da Propaganda Nacional.

A edição do *Boletim* do SNJ teve início na primeira semana de maio de 1941<sup>3</sup>, sete anos depois da fundação do SNJ, e foi mantida até dezembro de 1945, embora tenha conhecido alterações na sua periodicidade, anunciada como mensal, e interrupções: em 1941, publicou apenas quatro números, dois mensais (maio e junho) e dois trimestrais (julho/agosto/setembro e outubro/novembro/dezembro); entre 1942-1944, a edição esteve suspensa; e em 1945, fez sair o quinto e último número (anual).

---

<sup>1</sup> Disponível na Hemeroteca Digital, em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/boletimdosindicatodejornalistas/boletimdosindicatodejornalistas.htm>

<sup>2</sup> Os sindicatos nacionais foram instituídos pelo decreto-lei n.º 23.050, de 23/09/1933. Na Hemeroteca digital está disponível outra publicação desta natureza: *O Assistente ao Emigrante: órgão do Sindicato Nacional dos Empregados da Assistência aos Emigrantes em Navios Estrangeiros do Distrito de Lisboa* (1936-46), em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAssistenteaoEmigrante/OAssistenteaoEmigrante.htm>

<sup>3</sup> Conf. *Diário de Lisboa*, desse 7/5/1941, p. 3.

O início tardio do *Boletim*, bem como a sua instabilidade encontram explicação nas dificuldades derivadas da II Grande Guerra (1939-1945) que, para os trabalhadores por conta de outrem, significaram, sobretudo, despedimentos, cortes nos salários e degradação das condições de trabalho, aumento do custo de vida, etc. Problemas que também atingiram a classe dos jornalistas, mas foram especialmente ‘dolorosos’ para aqueles que se tinham deixado entusiasmar com a solução corporativa ou alimentaram a expectativa de ver a profissão de jornalista reconhecida e valorizada, por conta da sua participação na política de informação e propaganda do Estado Novo, a célebre “política do espírito”.

Essa valorização dependia, sobretudo, da definição de um contrato colectivo de trabalho negociado com o Grémio Nacional da Imprensa Diária, enquanto representante das empresas jornalísticas. Um objectivo que vinha a ser perseguido desde 1936, mas que ainda não se concretizara. Decorrente da não resolução dessa “velha aspiração da classe”, agudizada pelas dificuldades decorrentes da guerra, o descontentamento e a descrença, que nunca o foram muito, sublinhe-se, cresceram e repercutiram-se na vida do SNJ, que foi sendo destabilizada por conflitos internos e pela não participação dos sócios na eleição dos corpos gerentes, o que obrigava as autoridades a intervir. A primeira situação reportada no *Boletim* ocorreu em junho de 1937, quando “a direcção de 1936 retomou a gerência dos destinos do Sindicato por ordem do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência”; a última direcção eleita foi a de 1938-39, e a partir de 1940, recorreu-se à solução da “comissão administrativa”.<sup>4</sup>

Durante o mandato da 2.<sup>a</sup> comissão administrativa, que tomou posse a 11 de dezembro de 1940, sob a presidência de Luiz Teixeira, as negociações do almejado contrato coletivo de trabalho com o Grémio Nacional da Imprensa Diária foram retomadas. A troca de projetos entre as partes aconteceu entre dezembro de 1940 e março de 1941, mas mais uma vez não foi possível alcançar o entendimento e as relações romperam-se.<sup>5</sup>

O contraprojeto do Grémio, que foi apreciado pelos jornalistas em duas reuniões convocadas pelo SNJ, uma em Lisboa, outra no Porto, foi considerado «indigno de apreciação por humilhante», pelo que decidiram, por unanimidade, desistir de quaisquer ulteriores negociações com o Grémio, no sentido do ajustamento de um contrato colectivo.”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Conf. *Boletim*, nº 1, pp. 33-34.

<sup>5</sup> Esses documentos, projeto do Sindicato e parecer e contra projeto do Grémio foram publicados, ‘a seco’, no *Boletim* n.º 2, pp. 9-45.

<sup>6</sup> Conf. “Comunicação à classe”, in *Boletim* nº 5, pp 27. Esse texto, que reproduz o discurso feito por Luiz Teixeira, numa reunião com os jornalistas, realizada em fevereiro de 1943, contém mais informação sobre o processo negocial com o Grémio e as reações dos jornalistas.

Luiz Teixeira informou o novo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência, Joaquim Trigo de Negreiros<sup>7</sup>, da rutura das negociações e da indignação dos jornalistas que, na sua opinião, não podia ficar sem resposta: “julgamos indispensável a fixação de ordenados mínimos e horário de trabalho, por despacho, e a simultânea organização de uma Caixa de Reformas e Pensões.” O descontentamento que reinava entre os jornalistas foi considerado situação urgente porque, poucos dias depois, o dr. Braz de Medeiros, na qualidade de assistente do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (organismo dependente do Subsecretariado de Estado das Corporações), foi encarregado de elaborar um relatório e dar parecer sobre a solução proposta pelo SNJ para apaziguar os jornalistas. A prudência aconselhava que se mantivesse a ‘crise’ sob controlo, para evitar que degenerasse num ‘conflito’ com visibilidade pública – um risco acrescido pois o caso envolvia jornalistas! – pondo em causa a ordem e o bem-estar da Nação.<sup>8</sup>

Foi, pois, num contexto crítico da vida do país e do SNJ que foi iniciada a edição do *Boletim*, sob a direção do presidente da comissão administrativa, Luiz Teixeira<sup>9</sup>, e tendo como editor António Tinoco<sup>10</sup>, o tesoureiro dessa mesma comissão.

No primeiro número, existem outros sinais da crise instalada no Sindicato como seja o estar sedeadado, desde 13 de dezembro de 1940, numa “salas” cedidas pelo Grupo «Amigos de Lisboa», na Rua Garrett, 62, 2.º, situação decorrente de problemas financeiros que foi justificada da seguinte forma: «Em face de circunstâncias imperiosas da vida interna do Sindicato a atual Comissão

---

<sup>7</sup> Tomou posse em agosto de 1940, sucedendo a Manuel Andrade Rebelo.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> Luiz Teixeira (Caldas da Rainha, 1904 - Lisboa, 1978) – Jornalista e escritor; concluiu o liceu em Coimbra. Foi em Lisboa, no ano de 1925, que iniciou a sua carreira de jornalista, como colaborador do diário *Época*, dois anos depois (1927) tornou-se redator do *Diário de Notícias*. Algures no tempo, conheceu António Ferro que o convidou para colaborador do Secretariado da Propaganda Nacional. Foi autor do livro «Perfil de Salazar: elementos para a história da sua vida e da sua época», publicado em 1938 e traduzido para castelhano, francês e inglês. No final de 1940, foi nomeado presidente da comissão administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, cargo que manteve até 1945, e que por inerência fez dele representante dos jornalistas na Câmara Corporativa. Publicou uma dezena de obras, onde o ensaio histórico se cruza com a propaganda, e foi distinguido com o Prémio Nacional de Ensaio (1938), Prémio Nacional de Jornalismo (1939 e 1945), Prémio de Literatura Colonial (1949) e Prémio Municipal Júlio César Machado (1954).

<sup>10</sup> António Tinoco (António Lepierre Tinoco, 1913-1966) – Estudou direito, em Lisboa, no final dos anos 20, onde conheceu o grupo de estudantes que constituiu a Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, que depois deu origem ao movimento do nacional-sindicalismo português. A sua carreira como jornalista começou nos jornais deste movimento, nomeadamente no *Acção Nacional* (1931), dirigido por Dutra Faria, e no vespertino *Revolução* (1932-1933), de Rolão Preto, cujo suplemento “*Revolução dos Trabalhadores*” (1933) António Tinoco dirigiu. Era diretor do *Diário Popular* quando foi nomeado para a comissão administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, sendo editor do *Boletim*.

Administrativa viu-se obrigada a deixar, logo no dia imediato à sua posse, a antiga sede da Rua da Horta Sêca.»<sup>11</sup>

## PROGRAMA

De acordo com o texto de abertura do primeiro número, com a edição do *Boletim* a comissão administrativa pretendia alcançar dois objetivos: estreitar a comunicação com a classe e dispor de um “instrumento coordenador das dedicações e possibilidades que servem o jornalismo português nas suas diferentes formas de expressão”; e acrescentaram, o *Boletim*, além de tratar «pormenorizadamente, da vida do Sindicato, da sua ação e das suas iniciativas [...] publicará também colaboração especial dos melhores nomes do jornalismo português”, abrindo espaço nas suas páginas para “opiniões, críticas, ensaios e estudos sobre tôdos os problemas e aspectos da vida jornalística, técnica profissional, tudo o que possa relacionar-se com o trabalho, a cultura e os interesses morais ou materiais dos homens da Imprensa.” Por detrás desta retórica, ecoa um discurso afirmativo, com referências explícitas à natureza instrumental e coordenadora do *Boletim*, bem como à capacidade mobilizadora do SNJ que «não abrang[ia] apenas os profissionais do jornalismo diário mas também todos os que colaboram nêle ou quaisquer publicações periódicas», como fizeram questão de acentuar. Tomando em consideração o quadro conjuntural anterior, este discurso parece ter dois destinatários: a classe dos jornalistas, a fim de resgatar a sua confiança e mobilizar a sua participação na vida do Sindicato; e o governo, para ‘forçar’ o despacho das questões pendentes - de acordo com a lei, todas as publicações periódicas estavam sob vigilância não só da censura, como do Secretariado de Propaganda Nacional, mas as dos sindicatos nacionais eram submetidas ainda ao controlo do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

O plano da comissão administrativa para fortalecer a posição do SNJ não se ficou pela edição do *Boletim*, pois tratando-se de uma publicação de natureza corporativa, de distribuição circunscrita à classe, a sua visibilidade pública era muito reduzida. Paralelamente, lançou um outro projeto: as comemorações do Tricentenário da Gazeta – o primeiro periódico português (1641-1931), que foram anunciadas no segundo número e, no final do ano de 1941, deram o mote para um “Número Especial” (n.º 4).

A história desse projeto foi recordada pelo seu autor, o dr. Alfredo da Cunha, numa Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, que foi publicada no segundo número do *Boletim*, sob o título “Jornalismo Nacional. das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas

---

<sup>11</sup> Conf. *Boletim*, n.º 1, p. 37.

Portugueses”.<sup>12</sup> Resumindo, o projeto remontava a 1938 e fora apresentado como “remate” ou “complemento” das «Comemorações dos Centenários» de 1940, evento dirigido pelo Secretariado de Propaganda Nacional. Para Alfredo da Cunha fazia todo o sentido: «Porque essa pequena e modesta fôlha foi criada para auxiliar, pela propaganda das vitórias do exército nacional, a consolidação do trono do monarca Restaurador.»<sup>13</sup> Alfredo da Cunha recordou ainda que os jornais de Lisboa e do Porto divulgaram o projeto «no primeiro de Maio de 1938, com testemunhos de franca adesão.»<sup>14</sup> A proposta não foi aceite.

Dois anos depois, num momento de maior fragilidade do governo, confrontado com uma crescente agitação social e o deflagrar de algumas greves nos campos e nas cidades, a comissão administrativa do SNJ relançou o projeto das comemorações do Tricentenário da Gazeta com o propósito de pressionar o governo, como foi assumido por Luiz Trindade, em 1943, numa reunião com jornalistas profissionais de Lisboa: “Em Junho passado (1941), ao anunciar o Tricentenário do aparecimento do primeiro jornal português, já escrevíamos com toda a clareza na primeira página do número 2.º do nosso Boletim: «O Sindicato contribuirá com o mais vivo interesse e o maior entusiasmo para a realização dos actos comemorativos dêsse facto histórico e procurará que êle seja assinalado com as iniciativas julgadas necessárias para conseguir a melhoria das condições morais e materiais dos trabalhadores da Imprensa portuguesa»”.<sup>15</sup> Este discurso passível de várias interpretações – voto de confiança, advertência velada ou simples encenação – foi replicado no 3.º número do *Boletim*, onde foi incluída, também: a transcrição de uma entrevista de Luiz Teixeira ao *Diário de Lisboa* (pp. 45-50); alguns artigos de autor sobre a história da imprensa, os géneros jornalísticos, a imagem pública dos jornalistas; e ainda documentos (correspondência e discursos) alusivos às relações do SNJ com a Associação Brasileira de Imprensa, que o Secretariado da Propaganda Nacional pretendia aprofundar.

Entretanto, Luiz Teixeira intensificou o envio de ofícios para o Subsecretário de Estado das Corporações. “Mas o tempo passava...” E o governo não se decidia. Chegados a novembro: “Realizaram-se as comemorações do Tricentenário, por iniciativa do Sindicato, que as aproveitou da melhor maneira para acentuar, perante a opinião pública, um perfeito sentido de dignificação

---

<sup>12</sup> Conf. *Boletim*, n.º 2, pp 47-79. Essa conferência foi realizada a 8 de Maio de 1941, um dia depois da saída do primeiro número.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Idem*. Sublinhado é nosso.

<sup>15</sup> Conf. «Comunicação à Classe», in *Boletim* n.º 5, 1945, p. 31; e o relatório «Comemorações do Tricentenários da “Gazeta”. O Primeiro Jornal Português», no mesmo número, pp. 191-291.

dos jornalistas portugueses. No *Diário do Govêrno*, porém, não aparecia o ambicionado despacho de ordenados mínimos.”<sup>16</sup>

Sobre a recetividade dos jornalistas às comemorações, Luiz Teixeira, fez o seguinte comentário: “Pode dizer-se que, de uma maneira, a classe não se interessou por êste acontecimento. A ausência de jornalistas profissionais foi notada em todos os actos comemorativos [...]: Procurou-se encontrar uma explicação para tão estanho facto. Por muito extraordinário que pareça, a maior parte das informações que nos chegaram justificavam essa ausência com êste surpreendente motivo: os jornalistas discordavam das comemorações, visto não estarem resolvidos os problemas da classe.”

A publicação do «Número Especial Comemorativo do Tricentenário da «Gazeta» (n.º 4), aconteceu durante as comemorações que tiveram início a 29 de novembro de 1941 e se prolongaram por todo o mês de dezembro, pelo menos. Nesse volume, de 225 páginas, e com 25 gravuras, colaboraram mais de 30 autores de renome na imprensa (jornalistas profissionais e colunistas), o que faz dele uma espécie de antologia do jornalismo, a saber: Dr. Alfredo da Cunha, Dr. Júlio Dantas, Eduardo Schwalbach, Dr. Augusto de Castro, Eng.º José Fernando de Sousa, Dr. Joaquim Manso, Joaquim Leitão, Adelino Mendes, Rocha Júnior, Dr. Agostinho de Campos, Dr. João Ameal, General Teixeira Botelho, Rocha Martins, Padre Moreira das Neves, Homem Cristo, João Pereira da Rosa, Matos Sequeira, Norberto Araújo, Acúcio Pereira, Norberto Lopes, Padre Miguel Oliveira, Dr. José Ribeiro dos Santos, Dutra Faria, Leitão de Barros, Frazão de Vasconcelos, Mário de Figueiredo, Dr. Luís Vieira de Castro, Mimoso Moreira, Luiz Teixeira, Carlos Malheiro Dias, Manuel Teixeira Gomes e Nobre Martins. Inclui também uma relação dos «Jornais e outras publicações periódicas existentes em Novembro de 1941», cujo único propósito parece ser provar o número e, conseqüentemente, a força dos profissionais da imprensa.

O sucesso das comemorações não convenceu nem acalmou a classe dos jornalistas, pois Luiz Teixeira, na dita reunião que fez em 1943, quando passava em balanço todos os esforços que desenvolvera para convencer o governo a fixar os salários mínimos e demais questões pendentes, recordou o “movimento colectivo de demissão de sócios do Sindicato” que começou por se manifestar no Porto, mas que não tardou a ser replicado em Lisboa.<sup>17</sup>

Como foi referido, nos anos 1942 a 1944, a publicação do *Boletim* esteve ‘suspensa’ e no final de 1945 saiu o último número (n.º 5) que, do ponto de vista do seu conteúdo, corporiza, fundamentalmente, uma evocação do trabalho desenvolvido e dos resultados positivos alcançados pelas comissões

---

<sup>16</sup> Conf. *Idem*, p. 32.

<sup>17</sup> Conf. *Boletim*, n.º 5, pp. 33.

administrativas lideradas por Luiz Teixeira, espelhando também o alegado virtuosismo e a eficácia do modelo corporativo, pois inclui: o despacho, de janeiro de 1943, que fixou os salários mínimos e estabeleceu algumas normas trabalho; o Decreto n.º 32.633, de 20/01/1943, que criou a Caixa da Caixa de Reformas dos Jornalistas, acompanhado do respectivo Regulamento; a citada «Comunicação à Classe», exposição feita por Luiz Trindade, a 13 de janeiro de 1943; e um 'relatório' detalhado das Comemorações do Tricentenário da "Gazeta". Este, contém alguns dos discursos proferidos nas conferências e nas sessões solenes então realizadas, listagens dos materiais expostos nas exposições, uma revista de imprensa, e também uma relação das várias entidades que colaboraram no evento: Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Casa da Imprensa e do Livro, Diretor Geral do Museu de Machado de Castro, Diretores e Empresas Proprietárias dos Jornais Diários, Grémio Nacional da Imprensa Diária, Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, Grupo «Amigos de Lisboa», Imprensa Nacional, Secretariado da Propaganda Nacional, Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa e Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário». O referido "relatório" inclui, ainda, alguns artigos de autor, a maioria replicados a partir de jornais diários dos anos 1942-1944, nomeadamente de: Pedro Mayer Garção (ao qual foi atribuído o «Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas»), Júlio Dantas, Fernando Alberto Pimentel, Luiz Teixeira, Vitorino Nemésio, entre outros. Mas também faz notícia de um pedido de revisão do despacho dos ordenados mínimos, que Luiz Teixeira fez chegar ao Subsecretário de Estado das Corporações e que «encontrou o melhor acolhimento naquele membro do Governo»; e publica o texto (integral) do novo projeto de contrato coletivo de trabalho, entregue em janeiro de 1945, para ser apreciado pelo Grémio Nacional da Imprensa Diária.<sup>18</sup>

Fisicamente, o *Boletim* é próximo do livro, de formato A5, com capa e contracapa cartonadas, de cor esbranquiçada, onde figura o título da publicação, o símbolo do SNJ, o número a data (mês/ano), impressos a duas cores (preto/magenta). No interior, a folha de rosto replica as mesmas informações, acrescidas do nome do diretor, do editor, do proprietário e o endereço da redação e administração, e no seu verso consta o 'visto' da censura; o número de páginas é variável (entre 47 e 304). O texto encontra-se paginado a uma coluna e as imagens são poucas: as fotografias estão presentes apenas no último número (n.º 5); as gravuras estão presentes em todos os números, sob a forma de pequenas caricaturas de jornalistas e reproduções de primeiras páginas de jornais históricos (n.º 5); e há também imagens associadas à publicidade. Quanto à organização dos conteúdos, há

---

<sup>18</sup> Esse contrato colectivo de trabalho só será celebrado a 21 de dezembro de 1951.

apenas duas secções permanentes: “Vida Sindical”, que incluiu pequenas notícias sobre legislação relevante, atividades do sindicato, relatórios de contas, etc.; e “Registo”, onde são incluídos resumos biográficos de jornalistas (ilustrados com a respetiva caricatura), trechos de livros e de notícias, reflexões sobre a história da imprensa, a missão dos jornais, a profissionalização dos jornalistas, entre outras.

Aparentemente, o *Boletim* não se vendia, pelo menos não apresenta nenhum preço. Eventualmente, obtinha alguma receita da publicidade que admitia nas suas páginas. Mas a sua publicação dependia de «papel gentilmente cedido pela Companhia do Papel do Prado», como consta, invariavelmente, na última página (guarda) de cada número. Porém, existia uma empresa editora, a Editorial Ática, Limitada, e uma empresa gráfica, onde era composto e impresso, a Gráfica Santelmo.<sup>19</sup> Quem pagava a despesa?

Lisboa, 30 de julho de 2019

Rita Correia

## BIBLIOGRAFIA

*Dicionário Cronológico de Autores*, coord. Ilídio Rocha. Lisboa : Publicações Europa-América, 1998, vol 4.

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra : Ariadne Editora, Lda., 2006.

VALENTE, José Carlos – *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses. Parte I (1834-1934)*. Lisboa : Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo – *Os Jornalistas nos Anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra : Minerva Coimbra, 2003.

---

<sup>19</sup> Com exceção do n.º 5, de 1945, que foi impresso nas oficinas da casa Bertrand (Irmãos), Lda., em Lisboa.